RECURSOS

Governo vai desbloquear R$ 8,3 bi do Orçamento

Liberação para o Ministério da Educação chega a R$ 1,99 bilhão

Brasília - Com a melhora da arrecadação e corte nos gastos com pessoal, o governo anunciou na sexta-feira (20) o desbloqueio de R$ 8,3 bilhões do Orçamento para órgãos e ministérios. Neste ano, estavam contingenciados cerca de R$ 34 bilhões.

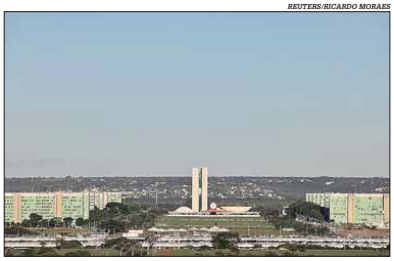
O ministério com maior liberação de recursos será o da Educação, com R$ 1,99 bilhão. O Ministério da Economia terá desbloqueio de R$ 1,75 bilhão, e a Defesa, R$ 1,65 bilhão.

O Meio Ambiente, mergulhado em uma crise motivada pelos incêndios e queimadas na Amazônia, receberá R$ 70 milhões, quase metade do que será liberado para a Agricultura (R$ 120 milhões).

Para a Presidência, serão descontingenciados R$ 60 milhões. A Advocacia-Geral da União (agu) teve desbloqueio de R$ 50 milhões. Além dos R$ 8,3 bilhões, o governo também vai recompor a reserva orçamentária com R$ 3,276 bilhões e usará R$ 2,66 bilhões do fundo da Lava Jato para educação e Amazônia Legal.

O Orçamento foi reforçado com emendas impositivas de R$ 799,7 milhões. Para o Legislativo e o Judiciário, serão liberados R$ 83,54 milhões. Ao todo, a ampliação alcança R$ 12,459 bilhões.

REUTERS/RICARDO MORAES



O governo descontingenciou verbas para os ministérios

O governo revisou para cima a projeção para receitas administradas pela Receita neste ano. Agora, prevê R$ 1,547 trilhão, ante R$ 1,54 trilhão na avaliação de julho. Além disso, cortou a perspectiva para a despesa, que caiu de R$ 1,403 trilhão para R$ 1,397 trilhão.

A liberação deve aliviar a situação em vários ministérios que tiveram os recursos contingenciados neste ano.

A limitação das despesas de custeio e investimentos, que atingiu o patamar mínimo histórico, prejudicou uma série de serviços públicos, como a liberação de bolsas de estudo.

O primeiro bloqueio ocorreu em março, quando o governo congelou aproximadamente R$ 30 bilhões no Orçamento.

Protestos - A redução de recursos na área da educação levou a uma onda de protestos em maio. No mesmo mês, ao divulgar fazer nova revisão das contas, o governo anunciou o desbloqueio de parte da verba dessa área.

Na apresentação de maio, a equipe econômica evitou um novo contingenciamento ao usar uma reserva orçamentária destinada a situações de emergência para suprir as perdas. Em julho, em meio à crise fiscal e ao ritmo fraco de recuperação da atividade econômica, o governo decidiu bloquear R$ 1,44 bilhão do Orçamento. O contingenciamento só não foi maior porque o governo usou R$ 809 milhões da reserva orçamentária para amortecer o bloqueio.

Ao fim do primeiro bimestre deste ano, esses recursos somavam R$ 5,4 bilhões. O contingenciamento ocorre por uma frustração com a previsão para receitas e despesas no ano, o que poderia levar ao estouro da meta fiscal de 2019 - o déficit previsto está em de R$ 139 bilhões.

No último dia 10, o Ministério da Economia revisou para cima a projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, de 0,81% para 0,85%. O governo espera que a economia reaja a medidas como a liberação de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a aprovação da reforma da Previdência, que está em fase de conclusão no Senado.

Para o próximo ano, a equipe econômica calcula que haverá R$ 89,2 bilhões para as despesas discricionárias (não obrigatórias), que incluem investimentos em infraestrutura, custeio da máquina pública e pagamento de bolsas de estudos.

O valor, que corresponde a 6% de todo o Orçamento, está no patamar mínimo histórico. Na avaliação de técnicos do governo, o montante não é suficiente para o ano e pode levar à paralisia de serviços. **(Folhapress)**

Congresso tem potencial para ampliar gastos

Brasília - Enquanto o Ministério da Economia busca medidas para evitar uma paralisia da máquina pública por falta de recursos, propostas em debate no Congresso têm potencial para estrangular ainda mais o Orçamento. Embora seja considerado mais austero do que a formação do último mandato, o atual Congresso vem trabalhando em iniciativas que ampliam os gastos da União em um momento de forte aperto fiscal.

Em discussão, estão medidas que beneficiam parlamentares e partidos políticos, perdoam dívidas de produtores rurais e ampliam o poder do Congresso na gestão do Orçamento. Há também proposta que multiplica os gastos da União com educação básica, mas sem o aval do governo.

Para o ano que vem, a equipe econômica estima que, após pagar todas as despesas obrigatórias como salários e aposentadorias, restarão R$ 89,2 bilhões para as chamadas despesas discricionárias, que incluem investimentos em infraestrutura, custeio da máquina pública e pagamento de bolsas de estudos.

O valor, que corresponde a 6% de todo o Orçamento, está no patamar mínimo histórico. Na avaliação de técnicos do governo, o montante não é suficiente para o ano e pode levar à paralisia de serviços.

Em meio a esse cenário, parlamentares articulam multiplicar por quatro a participação da União no financiamento da educação básica. Relatório final sobre a renovação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) prevê que a complementação federal ao fundo passe de 10% para 40%. O governo defende que o aumento vá apenas para 15%.

Pelos cálculos do Ministério da Economia, a mudança deve gerar um impacto de R$ 855 bilhões aos cofres federais em dez anos.

Deputados também negociam a criação de um programa de refinanciamento de dívidas de produtores com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) que somam R$ 11 bilhões.

De acordo com o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), os débitos se acumularam porque os produtores seguiram decisões de tribunais de Justiça, que entendiam haver bitributação nas contribuições do setor. Entretanto, em 2018, o STF (Supremo Tribunal Federal) validou as cobranças. Um programa de refinanciamento das dívidas chegou a ser implementado, mas a adesão foi baixa. Agora, um possível perdão dos débitos voltou a ser negociado.

"Continuamos discutindo o tema e agora tem a posição do Ministério da Economia de tentar encontrar uma solução que pode ser pela remissão da dívida no Orçamento seguinte, porque se distribui em vários anos, ou pode ser por outra forma. Estamos procurando a solução", disse Moreira.

Há uma tentativa de turbinar o Fundo Eleitoral, que destinará recursos a campanhas de 2020. O valor de R$ 1,7 bilhão distribuído em 2018 seria ampliado para R$ 3,7 bilhões, segundo proposta do deputado Cacá Leão (PP-BA).

Após desgaste político, ele desistiu do aumento, mas o valor segue em aberto e será definido até o fim do ano na votação do Orçamento de 2020 pelos deputados e senadores.

Emendas - Em outra frente, o Congresso aprovou proposta que engessa ainda mais Orçamento. A medida tornou impositivo o pagamento de emendas de bancadas partidárias, algo que era previsto apenas para as emendas individuais assinadas pelos parlamentares.

O consultor de Orçamento do Senado Vinícius Amaral diz que 19 anos após a implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), as regras ainda não estão maturadas, o que dificulta a aplicação.

A legislação define que toda medida que cria despesas deve trazer sua fonte de custeio, alguma compensação. Isso pode ser feito com corte de gastos ou com aumento de receitas, como criação de tributos e aumento de alíquotas. **(Folhapress)**

OPERAÇÃO DA PF

Bolsonaro decidirá futuro do líder no Senado após viagem aos EUA

Brasília - O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, afirmou na sexta-feira (20) que o presidente Jair Bolsonaro (PSL) vai esperar seu retorno de Nova York para avaliar a situação do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), alvo de uma operação da Polícia Federal realizada na última quinta-feira (19).

"O presidente neste momento não comentará os fatos relativos a esta operação. Ele tem o foco direcionado exclusivamente na ida a Nova York, onde vai, como eu já disse anteriormente, fortalecer a posição do Brasil perante a Assembleia Geral das Nações Unidas", declarou Rêgo Barros.

"O presidente hoje tem foco. O foco é Nova York, que é importante para o nosso País, para o nosso Estado e para a sociedade. Essa (a situação de Bezerra Coelho) é uma questão que ele vai abordar, se assim o desejar, no retorno desta viagem", concluiu o porta-voz.

As buscas e apreensões em endereços ligados a Bezerra e ao deputado Fernando Filho (DEM-PE), filho dele, em Brasília e Pernambuco, foram autorizadas pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A decisão é de 9 de setembro e atende a um pedido da PF. A então procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou contrária à ação contra o senador.

A PF sustenta que o líder do governo no Senado recebeu R$ 5,5 milhões em propinas de empreiteiras encarregadas das obras de transposição do rio São Francisco e de outros contratos do Executivo federal.

O senador nega ter cometido irregularidades e colocou a liderança do governo no Senado à disposição do presidente da República - Bolsonaro, no entanto, não se manifestou até o momento.

Viagem liberada - Rêgo Barros falou com a imprensa após Bolsonaro se submeter a uma bateria de exames em um hospital em Brasília para definir seu estado de saúde antes da viagem aos Estados Unidos, onde o presidente discursa na próxima terça-feira na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

Os exames foram acompanhados pelo médico Antonio Macedo, que liderou a equipe que operou o presidente no último dia 8 de setembro em São Paulo para corrigir uma hérnia. A cirurgia foi a quarta realizada pelo mandatário em razão do esfaqueamento que ele sofreu ainda na campanha eleitoral.

Após a bateria de exames, Rêgo Barros reafirmou que Bolsonaro realizará a agenda internacional na ONU – o governo chegou a anunciar que a viagem dependia da avaliação clínica, mas nos últimos dois dias o Planalto já vinha confirmando que Bolsonaro estará na Assembleia Geral.

"Nosso presidente está pronto para o combate com viagem assegurada a Nova York no próximo dia 23", disse Rêgo Barros.

Segundo o médico Macedo, Bolsonaro realizou avaliações clínicas diversas e dois exames de raio-x, um do tórax e outro do abdômen. "O raio-x do abdômen revelou desaparecimento da distensão gasosa que ele teve no período pós-operatório", disse Macedo.

O médico afirmou ainda que as alças intestinais do presidente estão funcionando normalmente, que evoluiu para uma dieta leve, mas que ele deverá tomar alguns cuidados na viagem internacional.

"O risco é sempre um risco vascular, um risco de veias", disse Macedo. Bolsonaro está usando meias elásticas para minimizar essa situação, de acordo com o médico, está tomando injeções e foi orientado a não permanecer muito tempo sentado. O mandatário também foi orientado a caminhar um pouco durante o voo e a ficar a maior parte do tempo deitado na cama do avião presidencial. **(Folhapress)**

Monteverde Investimentos Agentes Autônomos de Investimento Ltda.
CNPJ/ME nº 17.303.099/0001-01
Edital de Convocação
Ficam convocados os Srs. Sócios a se reunirem na sede da Sociedade, no dia 08/10/2019, às 17:00 horas, a fim de deliberarem sobre a proposta de exclusão por justa causa dos sócios **Valéria Tuelher Martins de Oliveira**, **Leonardo Augusto de Jesus** E **Savio Geraldo Silva Teodoro**, nos termos do Artigo 1.085 do C.C, da Cl. 17 do Contrato Social e da Cl. 5.1.5(i) do Acordo de Sócios da Sociedade. A proposta de exclusão por justa causa de referidos sócios tem por base o descumprimento, pelos sócios, da obrigação de não solicitação prevista na Cl. 7.2(ii) do Acordo de Sócios, haja vista que **(i) Valéria Tuelher Martins De Oliveira** aliciou 2 sócios e 67 clientes da Sociedade; **(ii) Leonardo Augusto de Jesus** aliciou 01 sócio e 48 clientes da Sociedade; e **(iii) Savio Geraldo Silva Teodoro** aliciou 68 clientes da Sociedade. Diante da prática de referidas condutas, pelos referidos sócios infratores, a Sociedade perdeu, até a presente data, 136 clientes, havendo um claro prejuízo aos seus negócios e pondo em risco a continuidade da Sociedade, em virtude de tais atos de ineglável gravidade. Os documentos que embasam as exclusões de referidos sócios encontram-se disponíveis na sede da Sociedade para análise. A presente convocação é realizada de modo a dar ciência aos referidos sócios em tempo hábil para permitir o seu comparecimento e o exercício dos seus respectivos direitos de defesa. Uma vez aprovada a exclusão, os sócios aprovarão a alteração da Cl. 4º do Contrato Social, a liquidação de suas quotas e a consequente alteração do Contrato Social. A Administração. (20, 21 e 24/09/2019)

GIOVANNI FERREIRA NEVES 03076133640, por deliberminação do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Contagem – COMAC, torna público que solicitou através FCE nº 16202/2017-03A, Licença Ambiental para atividade de "Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral sob encomenda; Fabricação de aparelhos e utensílios para correção de defeitos físicos e aparelhos ortopédicos em geral, exceto sob encomenda; Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia; Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos", no endereço situado a Rua Paulo Sérgio, nº 150, loja, Bairro: Água Branca. Contagem/MG. CEP: 32.371-090.

A FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (FUNDEP), A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG), O HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UFMG (HC) E O HOSPITAL RISOLETA TOLENTINO NEVES (HRTN) tornam pública a divulgação do Processo Seletivo da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Idoso, em Saúde Cardiovascular e em Cuidado Humanizado da Criança e do Adolescente do HC/UFMG; Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso; e Residência da Área Profissional de Enfermagem para Intensivismo, Urgência e Trauma do HRTN/UFMG para o ano de 2020. O Edital na íntegra, com informações completas, também estará disponível no site: www.hc.ufmg.br e www.hrtn.fundep.ufmg.br.

ASSOCIAÇÃO DOS ATACADISTAS DISTRIBUIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - ADEMIG.
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A
EMPRESA ASSOCIADA
At. Sr. Sócio responsável pela Empresa
Prezado (a) Senhor (a),
Vimos pela presente, nos termos do Artigo 12 do Estatuto Social da ADEMIG, convocar V.Sas., para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada dia 03 de outubro de 2019, em primeira chamada, às 10h30 e em segunda chamada, se necessário, às 11h00, na Avenida Del Rei, nº 111, Auditório Térreo, Caiçaras, Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP: 30775-240. Outros sim, informamos que a ordem do dia da referida Assembleia terá como objeto deliberar sobre os seguintes assuntos: **Ordinário: (i)** Apresentação para aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.2018, conforme o parecer do Conselho Fiscal. **Extraordinários: (ii)** Ratificação de mudança de endereço de sede da ADEMIG, deixando o endereço na Av. Barão Homem de Melo, 4500, Conj. 1403, bairro Estoril, CEP: 30.494-270, e passando a sediar-se na Avenida Del Rei, nº 111, Caiçaras, CEP: 30775-240, ambos endereços no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais; **(iii)** Locações das salas de Co-Working para os associados e terceiros interessados; **(iv)** Proposta de alteração do art. 14 do Estatuto Social, diminuindo o quórum mínimo para as deliberações dos órgãos de administração, conforme Lei 11.127/2005; **(v)** Proposta de alteração dos artigos 32, inciso VIII e 35, inciso VI, alterando os poderes do Diretor Executivo; **(vi)** Proposta de Reforma da totalidade do Estatuto Social da Associação; e **(vii)** Destinação dos móveis e objetos que não tiveram utilização devido a alteração da sede social da Associação. Esclarecemos que, não sendo possível o comparecimento do representante da sua empresa, a participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada poderá ser feita mediante procuração, que deverá ser outorgada para o representante legal de qualquer outro associado, também convocado para referida Assembleia. Para tanto, utilizar o modelo anexo a presente convocação que deverá ser original, assinada e com firma reconhecida, e entregue até o horário da abertura dos trabalhos da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Após o início da Assembleia as procurações não mais serão recebidas.
Belo Horizonte, 19 de setembro de 2019
Atenciosamente,
Leonardo Miguel Severini
Presidente do Conselho Deliberativo

FABRICAPALLETS COMÉRCIO E RECICLAGEM EIRELI, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através do Processo Administrativo nº 32.919/2019, Licença Ambiental Simplificada, para atividade de Comércio Varejista de resíduos e sucatas metálicas e não metálicas, pneumáticos, câmaras de ar, artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira, fabricação e recuperação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira, localizada na Rodovia BR´381 Fernão Dias, nº 68, Km 488, Bairro Jardim Teresópolis, Betim/MG, com validade até 16/09/2024.

COMARCA DE EXTREMA. EDITAL DE CITAÇÃO. PROCESSO Nº 0251.15001697-9. A Drª Maria Fernanda Manfrinato Braga, Juíza de Direito da Comarca de Extrema-MG, na forma da Lei, etc...FAZ SABER a todos quantos o presente edital da CITAÇÃO virem, ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Secretaria, se processa uma Ação de Execução Por Quantia Certa de nº 0251.15001697-9, requerida por União Química Farmacêutica Nacional S/A, na pessoa de seu representante legal, e por este CITA Prata Distribuidora de Produtos Hospitalares LTDA para efetuar o pagamento da quantia de R$ 41.444,94 (Quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais, e trinta e quatro centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais no prazo de 3 (três) dias. Se não for efetuado o pagamento no prazo designado, o (a) oficial (a) de Justiça penhorará tantos bens da parte citada quantos bastem para o pagamento da dívida, efetuará a penhora e avaliação imediatamente após, lavrando o auto de penhora, depósito ou caução, podendo oferecer embargos à execução no prazo legal de 15 (quinze) dias. Dado e passado nesta cidade e Comarca da Extrema, Estado de Minas Gerais, 13 de setembro de 2019.

INSTITUTO MÁRIO PENNA

O INSTITUTO MÁRIO PENNA torna público, conforme dispõe Resolução CNE nº 3 de 22/06/2016, Lei 6932 de 07/07/1981, Resolução Plenária 001/2009-CEREM-MG e as seguintes Resoluções da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM /MEC: 04/2007, 07/2010, 04/2011, 02/2015, 01/2017 e 35/2018, e as Notas Técnicas da CNRM Nº 94/2015, 35/2017 e 7/2019/CGRS/DDES/SESU/SESU, que estarão abertas as inscrições para seleção dos candidatos ao preenchimento de vagas nos Programas de Residência Médica oferecidos, Programas estes credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM/MEC.

VAGAS DOS PROGRAMAS COM ENTRADA DIRETA

Especialidades	Vagas oferecidas	Duração	Situação do programa	Vagas reservadas para serviço militar obrigatório*
Anestesiologia	3	03 anos	Credenciado	*****
Clínica Médica	11	02 anos	Credenciado	01 vaga
Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica	7	02 anos	Credenciamento Provisório	01 vaga
Radioterapia	1	04 anos	Credenciado	*****

VAGAS DOS PROGRAMAS PARA ENTRADA COM PRÉ-REQUISITO

Especialidade	Vagas oferecidas	Duração	Situação programa	Vagas reservadas para serviço militar obrigatório*
Cirurgia Clínica	4	03 anos	Credenciado	*****
Cirurgia Oncológica	2	03 anos	Credenciado	*****
Cirurgia de Cabeça e Pescoço	1	02 anos	Credenciado	*****
Hematologia e Hemoterapia	2	02 anos	Credenciado	*****
Mastologia	1	02 anos	Credenciado	01 vaga
Medicina Intensiva	5	02 anos	Credenciado	*****
Urologia	2	03 anos	Credenciado	*****

Inscrições: 08/10/2019 a 21/10/2019, pelo site www.aremg.org.br Menu "Processo Seletivo".
Taxa de Inscrição por programa: R$ 160,00 (cento e sessenta reais)
Data da prova: 17/11/2019
Início dos Programas: a partir de 01/03/2020
O manual de instruções para acesso ao sistema e realização da inscrição e acompanhamento das convocações será disponibilizado no site www.aremg.org.br Menu "Processo Seletivo".